

NOTAS SOBRE AS AMBIGÜIDADES NO ENTENDIMENTO DA ECONOMIA

*Duílio de Ávila Bégni**

Primeira nota: um mundo de controvérsias econômicas

Que a ciência econômica se encontra em crise é uma constatação quase tão velha como essa ciência bicentenária.¹ Tão remota no tempo pode situar-se a crise que às vezes chego a pensar que **economia** é sinônimo de crise. Não obstante, a frequente repetição dessa proposição nos anos recentes resulta do fato de que a crise da teoria econômica mostrar-se mais aguda em virtude da incapacidade dessa teoria de equacionar a crise do sistema econômico. Daí surgirem várias correntes identificando e prescrevendo formas de superar a crise. Como o tempo presente, tautologicamente falando, ainda não foi vivido completamente, as novas contribuições vêm como revisões ou contestações do pensamento econômico pretérito. O contraste entre teoria e realidade assim posto a descoberto aumenta a reflexão epistemológica; em outras palavras, quando as crises se intensificam, cresce o interesse pelos temas metodológicos.

Com efeito, praticamente todos os grandes economistas dedicaram boa parcela de seus esforços ao estudo de questões metodológicas, em virtude de sua insatisfação com o nível da produção científica que os antecedeu, uma vez que esta se mostra incapaz de tratar adequadamente de certos conjuntos de fenômenos econômicos. Assim, é na capacidade de síntese e superação desses perquiridores que reside a causa dos avanços na Economia. Como diria Blaug (1976, p. 150)², “As teorias

*Economista da FEE e Professor da UFRGS.

¹ Agradeço a Pedro César Dutra Fonseca, com quem discuti algumas idéias mais amplas relacionadas ao tema destas notas e com quem encetei profícua colaboração que resultou numa versão preliminar de meu texto. Também agradeço a Adalberto Alves Maia Neto, Eduardo Maldonado Filho, Luiz Augusto Estrella Faria, José Antônio Fialho Alonso, Pedro Silveira Bandeira e Rubens Soares de Lima que leram uma versão um pouco menos preliminar do que a acima referida e me deram valiosas sugestões incorporadas à presente. Apresso-me em isentá-los pelos erros que eventualmente permanecem.

² A tradução desta e das demais citações em língua vernácula de trabalhos referenciados em outras línguas é de minha autoria.

vêm a nós como uma rede integrada de idéias”, do que resulta, acrescento, um eterno movimento animado pelas controvérsias.³

Acredito que podemos classificar as controvérsias em dois grandes grupos. No primeiro, encontram-se as controvérsias de natureza epistemológica, que dizem respeito mais de perto tanto ao objeto como ao método da Economia. No segundo grupo, creio que se incluem as controvérsias relativas à teoria em si, particularmente no que concerne a sua capacidade de descrição, compreensão, explicação e previsão de fenômenos econômicos e de eventuais recomendações de políticas econômicas destinadas à transformação da realidade.

Adiante, discutirei novamente as questões relacionadas ao objeto da Economia. Nesta etapa, porém, é importante ficar claro que a ambigüidade do objeto de estudo vincula-se indissociavelmente às ambigüidades do método. Uma corrente adota o método histórico-estrutural, ou materialismo histórico, para entender o que chama de modo de produção capitalista, ao passo que outra adota o neopositivismo, do positivismo lógico, para tratar da questão da escassez de recursos produtivos, confrontando-a com a ilimitabilidade dos desejos (necessidades) humanos.

Ambas as correntes preocupam-se em responder a um elenco de questões epistemológicas que se constituem nas preocupações centrais dos “filósofos econômicos” (Robinson & Eatwell, 1973, p. 2): de onde provém a riqueza? é apenas o trabalho que a cria? existe algum princípio de valor que explica o nível e as flutuações erráticas nos preços? qual o papel da moeda numa economia e qual sua relação com a riqueza? é justo que algumas famílias vivam em extravagante ostentação, enquanto que muitas outras vivem em condições miseráveis? e há sempre demanda efetiva suficiente para manter empregados homens e máquinas?⁴

Ainda com relação ao primeiro grupo de controvérsias, a relativa paz que hoje reina no império (dividido) econômico é fruto de encarniçadas batalhas iniciadas há mais de um século. O desenvolvimento da própria área da Metodologia Econômica

³ Embora seja negável o grande número de controvérsias na Economia, é bastante animador dar-mo-nos conta de que nela ocorreram sensíveis progressos no que tange ao mesmo tipo de contribuição para seu avanço ter sido dado por diferentes autores que trabalharam simultânea e isoladamente. É o caso, por exemplo, de Keynes e Kalecki na descoberta do “princípio da demanda efetiva”, dos modelos de crescimento de Harrod e Domar, da quebra do conceito de concorrência por Joan Robinson e Chamberlin, do entendimento da formação do preço em mercados imperfeitos com as obras de Hall & Hitch e Sweezy e, para não me estender para trás nem para frente, das novas visões da estratégia oligopolista, com as obras de Bain e Sylos-Labini.

⁴ Se as respostas dos economistas a estas questões não têm sido satisfatórias, é certo que de há muito tempo os sistemas econômicos é que são seu objeto de estudo. Nestes, evidentemente, estas e muitas outras questões são respondidas. A nós, economistas, resta a tarefa de melhorar nosso entendimento das “verdadeiras” respostas dadas pelo sistema; em outras palavras, precisamos capturar da realidade as leis que regem as respostas. Como diria Paulinho da Viola: “As coisas estão no mundo, só que eu preciso aprender”.

está vinculado aos progressos alcançados pela Filosofia da Ciência. E, se maior “tolerância metodológica” não tem ocorrido, o diálogo tem-se ampliado, e um desejado consenso começa a ter lugar em certos setores. É bem verdade que os epígonos de Marx têm-se infiltrado com maior freqüência nas hostes neoclássicas, a julgar por Lange, Kantorovich e Dobb, ao passo que só mais recentemente algumas incursões no campo marxista passam a ter caráter sistemático. Antecedidos por Böhm-Bawerk, Samuelson, Baumol e Morishima têm-se envolvido em refregas até então impensáveis para um neoclássico.

Mas se este é o “final feliz” de uma postura eclética e não dogmática, cerca de cem anos atrás o “método dedutivista clássico” de Smith e Ricardo utilizado para a construção de seus modelos de entendimento do capitalismo passou a ser profundamente contestado pelos integrantes da chamada “escola histórica alemã”. Estes consideravam os sistemas econômicos de tal modo peculiares, que qualquer postulação de leis gerais seria algo eminentemente temerário, sendo fundamental para qualquer generalização (indução) um exame profundo do detalhe institucional.

Deste modo, já no início do século XX, a polêmica sobre se o método “correto” é o dedutivo ou o indutivo foi superada com a chamada “primeira síntese neoclássica”, da qual a obra de Marshall é o exemplo mais eloqüente. Desenvolvidos posteriores fixam definitivamente o uso de ambos os métodos para serem usados “como se fossem as duas lâminas de uma tesoura”.⁵ Em outras palavras, o apriorismo, associado ao dedutivismo, e o empirismo, associado ao indutivismo, levaram à emergência do positivismo lógico. Quanto ao método histórico-estrutural, a tríade concreto—abstrato—concreto mostra que o abstrato é construído pelo concreto (indução), o qual, por seu turno, é reconstruído, mentado, pelo abstrato (dedução).

O segundo grande grupo de controvérsias econômicas — aquelas relativas à teoria em si — pode ser entendido sob a perspectiva da Filosofia da Ciência de Kuhn, a partir de sua concepção de “revoluções científicas”. E as houve, várias, em Economia. Tantas, na verdade, que a concepção de “metodologia de programas de pesquisa científica” de Lakatos se torna uma abordagem tão ou mais atraente. Seja através de sucessivas revoluções com a ulterior consagração de novos paradigmas, seja por meio de programas de pesquisa, fica claro que as “redes encadeadas de idéias”

⁵ Esta expressão mistura o famoso “as if” de Friedman (1953) com a famosa frase de Marshall. A visão popperiana que Friedman tem da Filosofia da Ciência é ilustrada pela sua posição de que não importa a plausibilidade dos supostos e sim a qualidade das conclusões. Ela não evade — mas tampouco dá respostas satisfatórias a — certo tipo de controvérsias sobre as teorias em si. Refiro-me àquelas controvérsias em que os opositores das teorias acusam suas inconsistências internas; ilustrativamente, podemos referir a crítica que Böhm-Bawerk fez do sistema marxista e a crítica que Joan Robinson et alii fizeram da teoria neoclássica da distribuição.

são tecidas em torno de duas vertentes bem diferenciadas: uma destacando “conflitos de poder” e a outra enfatizando a idéia de maximização de utilidade e lucro.⁶

Nestas circunstâncias, podemos perceber que as concepções econômicas dos clássicos — particularmente as de Smith e de Ricardo — foram superadas pelas de Marx. Estes três, por seu turno, tiveram sua teoria do valor trabalho profundamente contestada pela revolução marginalista, ou escola neoclássica, cuja teoria do valor apresentava um caráter marcadamente subjetivo — o valor utilidade. Mesmo não se tratando de contestações radicais — pois nunca ocorreu no corpo da comunidade neoclássica maior contestação da teoria do valor utilidade —, cedo emergiram em seu seio novas controvérsias, o que veio gerar “programas de pesquisa” que se mantêm até os dias atuais.

Essas controvérsias da escola neoclássica disseram respeito ao confronto das posições marshallianas da análise do equilíbrio parcial com as walrasianas da análise do equilíbrio geral. A crise de 1929 serviu como elemento de contestação da ortodoxia então vigente, sendo que delas surgiu a chamada “revolução keynesiana” que passou a ser o novo paradigma até os anos 70, quando tem lugar uma contra-revolução monetarista.

Mas as teorias vêm mesmo a nós como uma rede integrada de idéias. Ilustro esta proposição de Blaug com a primeira menção ao nome de Sraffa. Seu artigo de 1926 contribuiu para o abandono do ortodoxo “mundo de concorrência” neoclássico por um “mundo de monopólios”. Mesmo dentro do mundo neoclássico, sucedem-se e coexistem no tempo as controvérsias. Assim, após esse artigo de Sraffa, explode a controvérsia sobre a veracidade do suposto de que as empresas desejam maximizar lucros. Todas essas controvérsias vieram revolucionar a teoria do funcionamento dos mercados imperfeitos a partir dos anos 50, como mostrarei adiante.

Por essa época, aparecem novos ataques à ortodoxia neoclássica, outra contra-revolução. Ocorre que esta, pela primeira vez, contesta a validade da teoria do valor utilidade, não nos tradicionais moldes marxistas, mas via retomada da temática dos clássicos, particularmente as teorias do valor e da distribuição, de Ricardo. A partir de 1951, Sraffa começa a reeditar as obras de Ricardo e, em 1961, o autor italiano edita seu livro **A produção de mercadorias por meio de mercadorias**, em que estão lançados os fundamentos da hoje chamada escola neo-ricardiana.

A própria escola histórica alemã deixou sucessores importantes, os institucionalistas, os quais, por seu turno, vieram conferir um precioso legado aos economistas envolvidos na refrega pertinente ao abandono dos mundos do monopólio ou da concorrência. Da associação entre as teorias dos mercados da concorrência monopolística e oligopolística, surge, particularmente nos anos 40, a feição moderna do im-

⁶ Conforme, por exemplo, salienta Worland (apud. BLAUG, 1976, p. 174). Em seu artigo de 1935, Lange (1972, p. 68 e 69) foi um dos primeiros a destacar esta ambigüidade da teoria econômica, destacando os pontos positivos de cada vertente. Singer (1983) também se refere a essa dicotomia.

portante ramo da ciência econômica chamado de Organização Industrial. Velhos temas e novas controvérsias são retomados com as obras de Steindl, Bain e Sylos-Labini, quando se retorna à Economia Ricardiana, e formula-se uma teoria dos preços calcada nas idéias de rendimentos marginais decrescentes não mais da terra, mas do tamanho da empresa. O preço de mercado, fixado pelas empresas instaladas, visa a barrar a entrada de novos concorrentes, situando-se, portanto, acima do preço de concorrência e abaixo do preço de monopólio. Até que ponto esta teoria do preço-limite elimina a concorrência ou é sua demonstração mais cabal é outra nova questão controversa.

Para concluir, por querer ser breve, vale a pena citar as controvérsias de Cambridge, em que se confrontaram posições relativas à teoria do capital. A Cambridge inglesa, com seus aliados italianos, a meu ver, levou a melhor, minando letalmente a teoria neoclássica da distribuição.

Segunda nota: ciências econômicas e sistema econômico

Economia, em português, é um termo equívoco.⁷ Sua ambigüidade é tamanha que a ele podemos associar pelo menos quatro idéias: sistema econômico, modo de produção, escola de pensamento econômico que enfatiza conflitos de poder e escola de pensamento econômico que dá destaque à alocação de recursos.⁸ Examinarei essas ambigüidades duas a duas.

Passemos à primeira. Se uma comunidade científica considera o termo **economia** como sinônimo de sistemas econômicos, a outra o considera como modos de produção. Por sistema econômico podemos entender as mais variadas articulações que os homens fazem entre si de forma organizada, com o objetivo de satisfazer suas necessidades materiais. Em outras palavras, um sistema econômico é um conjunto mais ou menos deliberado de instituições econômicas, voltadas à produção, circulação, distribuição e ao consumo de bens e serviços que atendem às necessidades humanas. Os membros da outra comunidade associariam, em geral, um sistema assim definido com o conceito de modo de produção, uma vez que este pode ser entendido como “(. . .) sim-

⁷ A língua inglesa, em sua proverbial capacidade de comunicação, permitiu surgir entre os economistas anglo-americanos a expressão “Economics” para designar a ciência, por oposição a “economy”, que representa o sistema. Por seu turno, a ciência “Economics” confronta-se com a Economia Clássica, que é designada por “Political Economy”. Nos anos recentes, a emergência de um novo paradigma está ocorrendo com o nome de “Radical Political Economics”, e não “Radical Political Economy”.

⁸ Contém boa dose de humor negro a constatação de que o “princípio da racionalidade” é rompido na alocação de recursos para a guerra. Com efeito, como brilhantemente salientou Luiz Fernando Machado Soares, criaram-se bombas nucleares que permitem destruir o planeta mais de cem vezes, enquanto que — por uma simples questão de lógica — só se precisa-va destruí-lo uma única vez. . .

plesmente o conjunto de relações sociais no contexto das quais os homens produzem” (Rowthorn, 1974, p. 31).

Se entendermos que qualquer sociedade inteligente tem consciência de suas necessidades, é fácil entendermos também que as sociedades vão-se dedicar a estabelecer práticas de produção de bens e serviços e a criar regras de distribuição dessa produção, de modo a terem critérios estáveis de consumo da produção. A essas regras, costuma-se chamar de questões fundamentais da **economia**: primeira — o que, quanto produzir?; segunda — como produzir?; e terceira — como distribuir a produção?

As duas primeiras questões referem-se à apropriação da natureza por parte da sociedade. A última refere-se às regras criadas pela própria sociedade no sentido da apropriação da produção. A forma como as sociedades respondem a essas questões, ou seja, como apropriar-se da natureza e como apropriar-se da produção, determina o tipo de sistema econômico, ou o tipo de modo de produção. Historicamente, a Humanidade já modificou algumas vezes a forma de responder a essas questões fundamentais. Nas sociedades escravista e feudal, elas foram respondidas pela tradição e costumes; no capitalismo, pelo mercado; e no socialismo, pela planificação.

Adotando o critério de avaliação de um sistema econômico proposto por Bromfembrenner (1973, p. 7-8), eu diria que os sistemas que atendem menos satisfatoriamente a essas questões vão dando lugar aos que melhor as respondem. Segundo esse autor, o melhor sistema econômico é aquele que, sob o ponto de vista econômico, satisfaz os quatro requisitos: a) garante um bom nível de vida ao cidadão médio; b) garante boa taxa de crescimento desse nível a curto e longo prazos; c) garante boa distribuição da renda e da riqueza; e d) garante a estabilidade do nível de vida contra pressões descendentes. Adicionalmente, salienta que, ainda para julgar o melhor sistema econômico, este deve, sob o ponto de vista “quase-econômico”, ser compatível com: a) liberdades civis e b) saúde física e mental do cidadão.

Não desejo dar a entender que as modificações que têm ocorrido nos diferentes sistemas econômicos tenham sido planejadas (à exceção, talvez, do socialismo), no sentido de que um certo computador social estaria periodicamente ponderando os seis itens de avaliação a fim de responder às três questões fundamentais, decidindo, finalmente, como se transformar. No entanto, parece ser inegável que a Humanidade tem evoluído no sentido de atender a maior volume de necessidades humanas.

Para atender a esse crescente volume de necessidades, é vital a elevação da produtividade do trabalho humano, o que leva o homem a desejar substituir cada vez maior volume de trabalho vivo (o trabalho humano propriamente dito) por trabalho morto (a transformação da natureza com os instrumentos de trabalho produzidos pelo homem em períodos passados).⁹

⁹ Não surpreende, assim, que o capitalismo funcione e prospere, pois ele utiliza como elemento endógeno de seu funcionamento o processo de concorrência entre diferentes capitais dentro de um mesmo ramo industrial. As empresas do ramo que mais substituírem trabalho vivo por trabalho morto, diminuindo hedonisticamente o esforço humano, são as que crescem; as que menos o fazem são eliminadas do mercado.

Esta assertiva permite-nos levantar a hipótese de que os sistemas econômicos mais produtivos vão gradativamente substituindo os menos produtivos, mesmo que — muitas vezes — a ânsia por aumentar a produtividade do trabalho humano leve a que os critérios quase-econômicos sejam frequentemente desrespeitados, enfrentando avanços e recuos.

Mesmo admitindo que o chamado “socialismo real” é um sistema econômico implantado artificialmente, podemos observar que as formas de apropriação da natureza diferem mais entre as sociedades feudal e capitalista, por exemplo, do que entre esta última e o socialismo. Nestes dois sistemas, a apropriação da natureza é feita de maneira cada vez mais tecnificada. Por seu turno, as analogias entre as formas de apropriação da produção podem ter maior similitude entre feudalismo e socialismo do que entre este e o capitalismo. No capitalismo, o mercado de trabalho regula quase que totalmente a distribuição, ao passo que, no feudalismo e no socialismo, há certos imperativos éticos mais fortes que preservam o acesso das parcelas desfavorecidas da população às regras da distribuição do produto.

A segunda ambigüidade do termo **economia**, em dizendo respeito a escolas de pensamento econômico que dão destaque ou a conflitos de poder ou à alocação de recursos, pode ser encaminhada se lançarmos mão da idéia de paradigmas alternativos (ou bem, complementares). Adotando a classificação de Lange (1972), designá-las-ei, respectivamente, por Economia Marxista e Moderna Teoria Econômica.

Podemos usar os conceitos de sistema econômico acima apresentados, enfatizando as formas de apropriação da natureza ou da produção, a fim de formalizarmos as diferenças implícitas na segunda ambigüidade do termo **economia**, entendido agora como **ciência** econômica. Certamente, há hoje mais de **uma** ciência econômica. À Economia Marxista podemos associar a definição que Preobrazhenski ([1926], p. 63) faz de Economia Política: “(. . .) é a ciência que traz à luz as leis do desenvolvimento, o equilíbrio e em parte a decadência dos modos de produção mercantil e capitalista mercantil como modos de produção não organizados e não planejados”. É sua “(. . .) missão direta e imediata a análise não do homem com a natureza mas dos homens entre si no processo de produção”. Vale acrescentar que ela se preocupa também com a apropriação social da produção, objetivando entender como esta é distribuída entre as diferentes classes sociais.

Por seu turno, a Moderna Teoria Econômica pode ser entendida com o auxílio da definição de Robbins corrigida por Lange (apud Bronfembrenner, 1973, p. 6): “(. . .) é o estudo sistemático do ajuste social à escassez de bens e recursos e da administração de bens e recursos escassos”. Empenha-se, principalmente, em entender a apropriação da natureza, tendo apenas uma preocupação secundária com a apropriação (distribuição) da produção.

A Moderna Teoria Econômica foi concebida para explicar a alocação de recursos no capitalismo, ao passo que a Economia Marxista visa a estudar a transição de um modo de produção a outro e os limites de cada um deles. A primeira tem como missão descrever o funcionamento do capitalismo a fim de, ao entendê-lo, fazê-lo funcionar. A segunda também apresenta uma visão do funcionamento do capitalismo. Seu objetivo, porém não é atuar sobre ele para que funcione melhor, mas sim des-

vendar suas leis de funcionamento, de modo a tornar claros certos cursos de ação destinados a superá-lo, substituindo-o pelo socialismo.

É natural que objetivos tão díspares tenham levado a técnicas de análise bastante diferenciadas. Não obstante, os dias atuais testemunham o que Nell (1982) chamou de “renascimento da Economia Política”, o qual está associado, de uma parte, à retomada dos trabalhos de Ricardo e Marx e, de outra, à utilização das técnicas desenvolvidas pela Moderna Teoria Econômica, particularmente, os métodos quantitativos e a matriz de insumo-produto. Com isto, torna-se mais fácil o entendimento do capitalismo atual, suas perspectivas e seus limites. Assim, estaria surgindo um terceiro paradigma — cuja importância cresce a uma taxa crescente —, chamado de Economia Política Radical, o qual esposa um potente e feliz ecletismo, contribuindo para a eliminação de posturas dogmáticas. Se ele lança mão de um grande volume de técnicas quantitativas e busca processos dedutivos e indutivos, é por ter presente o dito de Kelvin (citado por McCloskey, 1983, p. 484): “Quando não podemos expressar algo em termos numéricos, nosso conhecimento é incipiente e insatisfatório”. Mas, ao não ser dogmática, vê com clareza e ironia esse “dictum” e a ele contrapõe o do economista ortodoxo Frank Knight (McCloskey, 1983, p. 484). “Sim, isto é verdade, e, quando **podemos** expressar algo em termos numéricos, nosso conhecimento é incipiente e insatisfatório”.

Bibliografia

- BIANCHI, Ana Maria (1984). A economia e sua crise de identidade. **Literatura Econômica**, Rio de Janeiro, IPEA, 6(4):577-93, nov./dez.
- BLAUG, Mark (1976). Khum versus Lakatos or Paradigms versus research programmes in the history of economics. In: LATSIS, Spiro J. (ed.). **Method and appraisal in economics**. Cambridge, CUP. p. 148-80.
- BROMFEMBRENNER, Martin (1973). Introducción a la metodología económica para lectores de pretensiones intelectuales medias. In: KRUPP, Sherman Roy (ed.). **La estructura de la ciencia económica**. Madrid, Aguillar.
- DEHTER, Aaron (1975). **Ciência econômica: algumas reflexões sobre teoria e realidade**. Porto Alegre, IEPE/UFRGS. (Textos para Discussão, 5). (mimeo).
- FRIEDMAN, Milton (1953). The methodology of positive economics. In: _____. **Essays in positive economics**. Chicago, University of Chicago.

- GUIMARÃES, Eduardo Augusto de Almeida & TOLIPAN, Ricardo (1980). O curso de economia e a crise da teoria econômica. **Literatura Econômica**, Rio de Janeiro, IPEA, 2(1):3-13, jan./fev.
- HYMER, Stephen (1983). Robinson Crusoe e o segredo da acumulação primitiva. **Literatura Econômica**, Rio de Janeiro, IPEA, 5(5):551-85, out.
- LANGE, Oskar (1972). A economia marxista e a moderna teoria econômica. In: HOROWITZ, David (org.). **A economia moderna e o marxismo**. Rio de Janeiro, Zahar. p. 66-83.
- MARX, Karl (1978). Introdução à crítica da economia política. In: _____. **Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos**. 2.ed. São Paulo, Abril Cultural. p. 104-25. (Os Pensadores).
- _____. (1978). Prefácio. In: _____. **Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos**. 2.ed. São Paulo, Abril Cultural. p. 127-34. (Os Pensadores).
- McCLOSKEY, D. N. (1983). The rhetoric of economics. **Journal of Economic Literature**, Nashville, American Economic Association, 21(2):481-517, jun./ago.
- NELL, E. (1982). O renascimento da economia política. In: BLACKBURN, Robin (org.). **Ideologia na ciência social**. Rio de Janeiro, Paz Terra. p. 70-88.
- PREOBRAZHENSKI, Eugeni (s.d.). **La nueva económica**. Buenos Aires, Pasado y Presente. p. 17-8.
- ROBINSON, J. & EATWELL, J. (1973). **An introduction to modern economics**. Maidenhead, McGraw-Hill.
- ROWTHORN, Bob (1982). Neoclassicismo, neoricardianismo e marxismo. In: _____. **Capitalismo, conflito e inflação**; ensaios de economia política. Rio de Janeiro, Zahar.
- SINGER, Paul (1983). O método em economia. In: ENCONTRO ESTADUAL DE ESTUDANTES DE ECONOMIA, 1. **Anais**. Porto Alegre, DAECA/UFRGS. p. 75-87.